MULHERES NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL:
uma bibliografia

#ParaTodosVerem
Texto alternativo disponível

STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

MAIO 2025

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação

MULHERES NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL: UMA BIBLIOGRAFIA

Maio de 2025

COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROJETO

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
Aline Rezende Peres Osorio

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Fernanda Silva de Paula

SECRETARIA DE ALTOS ESTUDOS, PESQUISAS E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (SAE)
Patrícia Perrone Campos Mello

COORDENADORIA DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS (COPJ)
Lívia Gil Guimarães

COORDENADORIA DA BIBLIOTECA (CBIB)
Luiza Gallo Pestano

COORDENADORIA DE DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO (CODI)
Renata Helena Souza Batista de Azevedo Rudolf

NÚCLEO DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS (NUSOL)
Trícia Navarro

COORDENAÇÃO EXTRAINSTITUCIONAL DO PROJETO
Paula Pessoa Pereira (UnB/IBDP)

EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CONTEÚDO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Patrícia Perrone Campos Mello
Lívia Gil Guimarães
Trícia Navarro
Allan Haniel Alves
Amanda Carlos Maia Ariston
Carolina Rezende Moraes
Célia de Sá Marques de Castro
Luana Ainoã Viana de Souza
Luiza Gallo Pestano
Raquel Beutel Semenzato Proazzi

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA ELAS NO PROCESSO (ABEP)
Renata Cortez Vieira Peixoto

BLACK SISTERS IN LAW
Dione Assis

ELAS PEDEM VISTA
Ana Carolina A. Caputo Bastos

PROCESSUALISTAS
Fernanda Medina Pantoja

PROJETO MULHERES NO PROCESSO (IBDP)
Giúlia Karine Vasconcelos Ribeiro
Leandra Araújo Vieira
Maria Clara Figueiredo
Paula Pessoa Pereira
Paula Sarno Braga
Taís Santos de Araújo

COMISSÃO DE APOIO À DIVERSIDADE
Antonella Bruna Machado Torres Galindo (UFPE)
Beclaute Oliveira Silva (UFAL)
Flávia Martins de Carvalho (STF)
Luís Manoel Borges do Vale (PGE-AL)
Samara Pataxó (UnB)
Wallace de Almeida Corbo (UERJ)

ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS
Associação Brasileira Elas no Processo (ABEP)
Black Sisters in Law
Elas Pedem Vista
Processualistas
Projeto Mulheres no Processo (IBDP)

PRODUÇÃO EDITORIAL
David Duarte Amaral
Lilian Januzzi Vilas Boas

REVISÃO DE TEXTO
Nathany Dias de Araújo

CAPA E DIAGRAMAÇÃO
Camila Penha Soares

FICHA CATALOGRÁFICA
Luciana Araújo Reis

REVISÃO DE PROVAS EDITORIAIS
Carolina Rezende Moraes
Luana Ainoã Viana de Souza
Luíza Palma Orenha
Nathany Dias de Araújo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Supremo Tribunal Federal – Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal)

Brasil. Supremo Tribunal Federal (STF).
Mulheres no direito processual civil [recurso eletrônico] : uma bibliografia / Supremo Tribunal Federal. – Brasília : STF, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2025.
eBook (42 p.)

Com a colaboração da Associação Brasileira Elas no Processo, Black Sisters in Law, Elas Pedem Vista, Instituto Brasileiro de Direito Processual (Projeto Mulheres no Processo), Processualistas e Comissão de Apoio à Diversidade.

Modo de acesso: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaBibliografia/anexo/Mulheres_ProcessualCivil.pdf.
e-ISBN : 978-65-6141-058-8.

1. Mulher escritora, Brasil. 2. Processo civil, Brasil. 3. Direitos da mulher, Brasil. 4. Feminismo, Brasil. 5. Igualdade de oportunidades, Brasil. I. Título.

CDDir-341.2726

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ministro
LUÍS ROBERTO BARROSO
Presidente

Ministro
LUIZ **EDSON FACHIN**
Vice-Presidente

Ministro
GILMAR FERREIRA **MENDES**
Decano

Ministra
CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA

Ministro
JOSÉ ANTONIO **DIAS TOFFOLI**

Ministro
LUIZ FUX

Ministro
ALEXANDRE DE MORAES

Ministro
KASSIO **NUNES MARQUES**

Ministro
ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA **MENDONÇA**

Ministro
CRISTIANO ZANIN MARTINS

Ministro
FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA

APRESENTAÇÃO

É com entusiasmo que apresento a publicação “Mulheres no Direito Processual Civil: uma bibliografia”. A obra dá continuidade à iniciativa do Supremo Tribunal Federal de divulgar o trabalho de autoras mulheres em diferentes campos do Direito, originada pelas publicações “Produção de Mulheres em Direito Constitucional”[1] e “Mulheres no Direito Constitucional: uma bibliografia”[2]. É impulsionada, ainda, pela grande quantidade de acessos que tais publicações provocaram, expressando uma demanda real por este tipo de trabalho.

Apesar do atual cenário, ainda marcado pelo desequilíbrio entre gêneros no país, a luta pela igualdade tem uma trajetória antiga no Brasil. A título ilustrativo, em 1827, as mulheres passaram a frequentar escolas para além do ensino primário[3]. Em 1879, conquistaram o direito de acesso às universidades[4]. Em 1888, graduaram-se as primeiras bacharelas em

---

[1] BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Produção de mulheres em direito constitucional** [recurso eletrônico]: bibliografia, legislação e jurisprudência temática / Supremo Tribunal Federal. Brasília: STF, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2022. eBook (p.103). Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaBibliografia/anexo/Producao_mulheres_direito_constitucional.pdf.

[2] BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Mulheres no direito constitucional** (recurso eletrônico): uma bibliografia / Supremo Tribunal Federal. Brasília: STF, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2024. eBook (50 p.). Disponível em: http://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/handle/123456789/5929.

[3] BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.1.htm.

[4] RIBEIRO, A.F.M.; VIEIRA, A. M. D. P. O ingresso de mulheres nas universidades no Brasil (1940-1980). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023100, 2023, p. 3. e-ISSN 1982-5587. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.18047.

Direito[5] no país[6]. Um século mais tarde, em 1998, testemunhou-se a posse da primeira diretora de uma faculdade de Direito do país[7].

No âmbito da cidadania, em 1932, as mulheres adquiriram direito ao voto. Apenas no início dos anos 60 foram consideradas "plenamente capazes" para todos os atos da vida civil, por meio do Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962). Finalmente, a Constituição Federal de 1988 igualou os direitos de homens e mulheres no âmbito familiar, no acesso ao mercado de trabalho e na esfera pública.

O STF também tem um papel importante nesta trajetória. Na vigência da Constituição de 1988, assegurou o direito das mulheres de decidirem pela interrupção terapêutica da gestação, em caso de fetos anencefálicos[8]. Protegeu o direito à licença maternidade de mães adotantes[9] e gestantes[10], mesmo quando sujeitas a contrato temporário de trabalho. Afirmou o direito das mulheres ao financiamento eleitoral proporcional ao percentual de candidaturas femininas nos respectivos partidos[11]. Baniu a utilização da tese de legítima defesa da honra masculina em casos de feminicídios[12].

Entretanto, tais avanços são ainda insuficientes para que as mulheres alcancem espaços e oportunidades capazes de efetivar em concreto a igualdade de gênero[13]. A produção acadêmica em diferentes áreas

---

[5] Delmira Secundina da Costa, Maria Coelho da Silva Sobrinho e Maria Fragoso Orlando da Silva formaram-se na Faculdade de Direito de Recife.

[6] AXT, Gunter. Mulheres Pioneiras no Direito no Brasil. **Revista Estudos Institucionais – REI**, v. 11, n. 1, p. 245, 2025.

[7] CAMPOS, Isabelle Oglouyan de. **Mulheres na academia**: desigualdades de gênero no corpo docente da Faculdade de Direito da USP. São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação/ Universidade de São Paulo (USP), 2021, p. 17.

[8] STF, Pleno, ADPF 54, Rel. Min. Marco Aurélio, j. 12 abr. 2012.

[9] STF, Pleno, RE 778.889, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, j. 10 mar. 2016.

[10] STF, Pleno, RE 842.844, Rel. Min. Luiz Fux, j. 5 out. 2023.

[11] STF, Pleno, ADPF 5617, Rel. Min. Edson Fachin, j. 15 mar. 2018.

[12] STF, Pleno, ADPF 779, Rel. Min. Dias Toffoli, j. 1 ago. 2023.

[13] GUIMARÃES, Lívia Gil. **Mulheres na composição de cortes supremas**: um estudo sobre a desigualdade de gênero. 2023. Tese. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

do Direito expressa claramente essa realidade[14]. É nesse cenário que se destaca a importância da presente obra, que reforça o compromisso contínuo do STF com o enfrentamento à desigualdade de gênero ainda recorrente no país, pretendendo ser um veículo impulsionador da maior presença de mulheres na produção de tal campo.

O trabalho preocupou-se, ainda, com marcadores interseccionais, como raça, etnia, capacidades, orientação sexual e identidade de gênero, que pudessem constituir um óbice agravado à visibilização de autoras processualistas. Nessa medida, contou, em sua elaboração, com distintos coletivos, tais como a "Associação Brasileira Elas no Processo" (ABEP), "Black Sisters in Law", "Elas Pedem Vista", Instituto Brasileiro de Direito Processual (Projeto Mulheres no Processo) (IBDP), "Processualistas", bem como com grupo de trabalho composto com tal preocupação de diversidade[15], com o propósito de buscar uma seleção mais inclusiva de trabalhos. Não é demais, contudo, registrar que, no campo do processo civil, notou-se dificuldade ainda maior que no campo constitucional nesta tarefa, o que demonstra a necessidade de promover políticas públicas que permitam a superação de tal questão.

Agradeço o esforço de todos os coletivos e integrantes do grupo de trabalho voltado a uma seleção mais diversa das obras que integram esta publicação. Estou convicto de que esta fonte de consulta será de grande utilidade para comunidade científica, operadores do direito e estudantes e que servirá de incentivo à valorização do trabalho de inúmeras acadêmicas e doutrinadoras.

Ministro **Luís Roberto Barroso**

Presidente do Supremo Tribunal Federal

---

[14] DIXON, Rosalind; VERSTEEG, Mila. Usexing citation: Closing the gender gap in global public law. **Oxford University Press** and **New York University School of Law**. 2023.

[15] Antonella Bruna Machado Torres Galindo, Beclaute Oliveira Silva, Flávia Martins de Carvalho, Luís Manoel Borges do Vale, Samara Pataxó e Wallace de Almeida Corbo.

SUMÁRIO

1 – Nota Metodológica 11

2 – Doutrina 13

1 – NOTA METODOLÓGICA

O presente trabalho produz um levantamento das obras e nomes de autoras mulheres no âmbito do direito processual civil, com o objetivo de conferir-lhes maior visibilidade e inserção. A publicação dá continuidade a seleções anteriores, de natureza semelhante, realizadas pelo Tribunal, a exemplo das obras "Produção de Mulheres em Direito Constitucional" e "Mulheres no Direito Constitucional: uma bibliografia".

As indicações bibliográficas que integram este volume seguiram a metodologia previamente desenvolvida nas obras antes mencionadas, com algumas atualizações, reunindo 139 autoras renomadas e emergentes. Elas buscam constituir uma fonte de referência para acadêmicas e acadêmicos que tenham o intuito de expandir horizontes e conhecer produções importantes no campo do processo civil.

O processo de elaboração desta preocupou-se, ainda, com a inclusão e diversidade de mulheres provenientes dos mais variados grupos sociais. Para atingir o objetivo, além de envolver diferentes associações de mulheres vinculadas ao direito processual civil, realizaram-se buscas ativas e contatos com mulheres negras, transexuais, indígenas e Pessoas com Deficiência (PcDs), com o intuito de obter indicações por meio do efeito "bola de neve"[1].

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida em três fases:

1. Levantamento de obras de mulheres com titulação de doutorado, produzidas nos últimos cinco anos, ou seja, aquelas publicadas a partir do ano 2020.

[1] O termo "bola de neve" refere-se à ideia de que uma pessoa indicada pode levar a uma ou mais indicações, que, por conseguinte, pode trazer outras e assim sucessivamente.

2. Expansão do levantamento da fase anterior[2] a fim de também abranger obras de mulheres doutorandas pertencentes a grupos socialmente vulnerabilizados.

3. Confirmação da atualidade das obras e da titulação das autoras selecionadas[3].

Apesar dos esforços em busca de uma maior interseccionalidade entre as autoras indicadas, notou-se um desequilíbrio nos marcadores sociais no grupo de mulheres que produzem no âmbito do direito processual civil. Tais autoras são, em sua maioria, brancas e cisgêneras. Logo, o trabalho também aponta para a urgência de fomentar uma maior diversidade na produção acadêmica dessa área.

Estabeleceu-se, ainda, como critério obrigatório durante o processo de seleção, que os textos recomendados estivessem disponíveis nas bibliotecas cooperantes da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI) ou fossem obras de acesso aberto. Embora essa condição possa ter levado à recomendação de obras que não necessariamente representam as principais produções de cada autora, sua razão de ser foi garantir que as leitoras e os leitores possam facilmente acessar as publicações, promovendo, assim, um maior impacto para a iniciativa e para as produções envolvidas.

[2] A ampliação do levantamento realizado na primeira fase tornou-se necessária após a constatação de que o critério de doutorado limitava o número de mulheres não brancas, o que, por sua vez, restringia o alcance do principal objetivo da obra: dar visibilidade ao público feminino com produção no campo do direito processual civil. As desigualdades raciais, étnicas e de classe que persistem no país – refletidas na ausência de mulheres não brancas em cargos de destaque na profissão ou na menor quantidade delas com doutorado – justificam a adoção de critérios diferenciados nas fases 1 e 2 do levantamento. O primeiro levantamento realizado na segunda fase, todavia, não identificou um número razoável de autoras com marcadores sociais da diferença. Diante disso, foi criada uma Comissão de Diversidade para uma nova tentativa de identificação dessas mulheres, o que garantiu a inclusão de alguns acréscimos à presente obra.

[3] Para confirmação da titulação acadêmica, utilizaram-se a plataforma Lattes e o ORCID; já para a verificação da atualidade das obras das autoras selecionadas, além da consulta a essas plataformas, foram realizadas buscas em algumas bases indexadoras (Scielo, Redalyc, EBSCO e Google Scholar) com filtragem de data para os últimos cinco anos, isto é, a partir de 2020.

2 – DOUTRINA

1. ALMEIDA, Luciana Robles de. Travessia: da modulação de efeitos à superação para frente. *In:* CARPES, Artur *et al.* (org.). **Ensaios para Daniel Mitidiero**: do processualista ao jurista: do professor ao mestre e amigo. Londrina: Thoth, 2024. p. 585-604. [1263212] STJ

2. ALVIM, Teresa Arruda. **Modulação**: na alteração da jurisprudência firme ou de precedentes vinculantes. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2024. 405 p. Biblioteca Digital Proview. Sumário disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/server/api/core/bitstreams/5fd6df72-8963-43ed-a39b-463000ec6871/content. Acesso em: 14 mar. 2025. [1257645] STJ **STF**

3. ALVIM, Thereza Celina Diniz de Arruda. Breves notas sobre as questões prévias e a coisa julgada material = Some note on res judicata and the necessary steps to reach the decisum. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 49, n. 349, p. 785-800, mar. 2024. [1258565] SEN STJ TJD **STF (DIG)**

4. ANCHIETA, Natascha; RAATZ, Igor. Tutelas provisórias e direito fundamental ao contraditório: um diálogo com a doutrina de Eugenia Ariano Deho acerca da teoria da tutela cautelar = Provisional protections and the fundamental right to contradictory: a dialogue with Eugenia Ariano Deho's doctrine about the theory of "cautelar" protection. **Revista Brasileira de Direito Processual**: RBDPro, Uberaba, v. 30, n. 120, p. 237-270, out./dez. 2022. [1242522] CJF SEN STJ TJD **STF (DIG)**

5. ANDRADE, Ana Karenina Silva Ramalho; CALMON, Petrônio. **Teoria geral dos meios de solução dos conflitos**. Brasília: Gazeta Jurídica, 2024. 260 p. Sumário disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/server/api/core/bitstreams/36ac2541-7245-4090-8783-1c1d725cae6d/content. Acesso em: 17 mar. 2025. [1258344] AGU STJ

6. ANDRADE, Mariana Dionísio de; MOREIRA, Beatriz Frota; SILVA, Lívia Maria Xavier Santiago da. A utilização da decisão monocrática como ferramenta de celeridade processual nas Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Ceará = Use of the monocratic decision as a mechanism of procedural speed in civil chambers of Ceará court of justice. **Revista Brasileira de Direito Processual**: RBDPro, Uberaba, v. 30, n. 120, p. 325-339, out./dez. 2022. [1242569] CJF SEN STJ TJD **STF (DIG)**

7. ARAUJO, Clarice von Oertzen de; FARO, Rafael de. Pragmatismo e processo: o instrumentalismo pragmatista de John Dewey, a investigação e o processo civil = Pragmatism and process: John Dewey's instrumentalist pragmatism, inquiry and civil procedure. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 48, n. 346, p. 19-49, dez. 2023. [1251513] CJF SEN STJ TJD **STF (DIG)**

8. ARAUJO, Nadia de; FREITAS, Caio Gomes de. A dispensa do rito formal de tramitação e cumprimento dos pedidos de cooperação jurídica internacional no Brasil: uma análise do caso da obtenção de provas no exterior = Dismissal of the formal procedure in processing and enforcing requests for international judicial cooperation in Brazil: an analysis on the system for taking of evidence abroad. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 48, n. 335, p. 69-84, jan. 2023. [1229789] CJF SEN STJ TJD **STF (DIG)**

9. ASPERTI, Maria Cecília de Araujo; CHIUZULI, Danieli Rocha. Supremo conciliador? Análise dos casos encaminhados à conciliação no âmbito do Supremo Tribunal Federal. **Revista Estudos Institucionais**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 450-499, maio/ago. 2024. Disponível em: https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/823/939. Acesso em: 13 mar. 2025. **(DIG)**

10. AURELLI, Arlete Inês. Análise crítica sobre o cabimento da teoria da asserção no sistema processual do CPC/15 e o possível equívoco do entendimento do STJ = Critical analysis on the appropriateness of the assertion theory in the procedural system of the CPC/15 and the possible misunderstanding of the STJ. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 47, n. 330, p. 17-42, ago. 2022. [1221969] CJF STJ TJD **STF (DIG)**

11. BARREIROS, Lorena Miranda Santos. O precedente administrativo como fator de autolimitação da discricionariedade negocial do poder público = The administrative precedent as a self-limiting factor of the public administration's business discretion. **Civil Procedure Review**, Salvador, v. 13, n. 2, 2022. Disponível em: https://www.civilprocedurereview.com/revista/article/view/295. Acesso em: 13 mar. 2025. **(DIG)**

12. BASTIANETTO, Lorena Machado Rogedo. **Democracia processual sem Constituição**: análise do devido processo legal internacional. Tese de Doutorado. PUCMG, 2020. Tese (Doutorado em Direito Processual) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://bib.pucminas.br/teses/Direito_LorenaMachadoRogedoBastianetto_18909.pdf. Acesso em: 13 mar. 2025. **(DIG)**

13. BERGAMASCHI, André Luís; SILVEIRA, Bruna Guapindaia Braga da; ASPERTI, Maria Cecília de Araújo. Participação do atingido por desastres na formação de teses jurídicas via Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 2419-2459, 2021. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/47690. Acesso em: 14 mar. 2025. [1210968] **(DIG)**

14. BISPO, Verônica de Santana; LAGO JUNIOR, Antonio; BRAGA, Paula Sarno. O Superendividamento e os procedimentos de conciliação e repactuação consensual e compulsória de dívidas. **Revista Brasileira de Direito Processual**, Belo Horizonte, v. 30, n. 119, p. 1-24, jul./set. 2022. [1244293] CJF SEN STJ TJDF **STF (DIG)**

15. BOMFIM, Daniela Santos; DIDIER JUNIOR, Fredie. A sub-rogação prevista no art. 786 do Código Civil e a convenção de arbitragem celebrada pelo segurado = Subrogation (art. 786, Brazilian civil code) and the agreement to arbitrate executed by the insured party. **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, São Paulo, v. 7, n. 24, p. 95-116, jul./set. 2020. [1195875] CJF SEN STJ TJD **STF**

16. BONAT, Debora; VALE, Luís Manoel Borges do; PEREIRA, João Sergio dos Santos Soares. Inteligência artificial generativa e a fundamentação da decisão judicial = Generative artificial intelligence and the judicial decision reasoning. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 48, n. 346, p. 349-370, dez. 2023. [1251904] CJF SEN STJ TJD **STF (DIG)**

17. BORGES, Sabrina Nunes; GOMES JÚNIOR, Luiz Manoel; RODRIGUES, João Paulo Souza. Retroatividade da nova Lei de Improbidade Administrativa: propostas para o tratamento adequado da Lei 14.230/2021 sobre processos em curso = Retroactivity of the new Administrative Improbity Law: proposals for the proper treatment of Law 14.230/2021 on ongoing processes. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 47, n. 329, p. 339-368, jul. 2022. [1219951] STJ TJD **STF (DIG)**

18. BRAGA, Paula Sarno. **Norma de processo e norma de procedimento**: o problema da repartição de competência legislativa no direito constitucional brasileiro. 2. ed. rev. atual. e ampl. Salvador: JusPodivm, 2022. 570 p. Sumário disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/CapasSumarios/novasaquisicoes/2022/dezembro/1222298/sumario.pdf. Acesso em: 14 mar. 2025. [1222298] **STF 341.4 B813 NPN 2.ED.**

19. CABRAL, Trícia Navarro Xavier. **Justiça multiportas**. Indaiatuba: Foco, 2024. 776 p. Sumário disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/CapasSumarios/novasaquisicoes/2024/julho/1252017.pdf. Acesso em: 15 mar. 2025. [1252017] STJ TJD TST **STF 341.272 N322 JMP**

20. CAMACHO, Luciana da Silva Paggiatto; HORVATH JÚNIOR, Miguel. O princípio da taxatividade e o artigo 1.015 do Código de Processo Civil = Principle of taxation and article 1.015 of Code of Civil Procedure. **Revista Brasileira de Direito Processual**: RBDPro, Belo Horizonte, v. 29, n. 113, p. 263-299, jan./mar. 2021. [1198208] CJF STJ TJD **STF (DIG)**

21. CAMPOS, Adriana Pereira. Conciliações e arbitragens no Brasil do século XIX. *In:* ZANETI JUNIOR, Hermes; CABRAL, Trícia Navarro Xavier (coord.). **Justiça multiportas**: mediação, conciliação, arbitragem e outros meios adequados de solução de conflitos. 3. ed. São Paulo: JusPODIVM, 2022. p. 313-326. [1249607] SEN STJ STM TJD

22. CANAVEZ, Luciana Lopes; PAULA, Renato Tavares de. A legitimidade incondicional da defensoria pública no incidente de resolução de demandas repetitivas. **Revista Brasileira de Direito Processual**: RBDPro, Belo Horizonte, v. 30, n. 119, p. 329-345, jul./set. 2022. [1244133] STJ TJD **STF (DIG)**

23. CARPENA, Heloísa; FREITAS, Caio Gomes de; SCHOTT, Luíza; SIQUEIRA, Ana Letícia. Associações civis e sua atuação em demandas coletivas: reflexões sobre a natureza jurídica de sua legitimidade. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 46, n. 317, p. 225-250, jul. 2021. [1199602] CJF SEN STJ STM TJD **STF (DIG)**

24. CASTELLO, Juliana Justo Botelho; FERREIRA, Patrício. Súmula 568: os poderes indeterminados do relator no julgamento monocrático no Superior Tribunal de Justiça. **Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, v. 18, n. 106, p. 123-148, jan./fev. 2022. [1216817] SEN STJ TJD TST **STF (DIG)**

25. CASTELLO BRANCO, Carolina Nobre. **Construção democrática da decisão jurídica**: sistemas, precedentes e tecnologia no constitucionalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. 307 p. Sumário disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/bitstreams/b65eeb36-623a-4152-a8db-e2fd16a6a406/download. Acesso em: 14 mar. 2025. [1183545] CAM SEN STJ

26. CASTELO BRANCO, Janaína Soares Noleto. **Advocacia pública e solução consensual dos conflitos**. 2. ed. rev. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2020. 240 p. [1246446] AGU

27. CERQUEIRA, Maira Ramos; COURA, Alexandre de Castro. O saneamento compartilhado do Código de Processo Civil 2015: uma abordagem ao tópico jurídico = Shared sanitation of the 2015 Civil Process Code: an approach to the legal topic. **Civil Procedure Review**, Salvador, v. 13, n. 3, 2024; **Revista Eletrônica de Direito Processual**: REDP, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 16-41, set./dez. 2021. Disponível em: https://www.civilprocedurereview.com/revista/article/view/318. Acesso em: 20 fev. 2025. **(DIG)**

28. CHUEIRI, Miriam Fecchio; SPEGIORIN Daniel Luis; WRUBEL, Virgínia Telles Schiavo. O novo prisma dialético e o iura novit curia: o que mudou com o CPC/15? = New dialectic prisma and the iura novit curia: what has changed with the CPC/15? **Revista de Processo**, São Paulo, v. 45, n. 300, p. 33-46, fev. 2020. [1166932] CJF SEN STJ STM TJD **STF (DIG)**

29. CIMARDI, Cláudia Aparecida. A força dos precedentes oriundos dos recursos repetitivos segundo a interpretação do STJ. *In:* ALVIM, Teresa Arruda; KUKINA, Sérgio Luiz; OLIVEIRA, Pedro Miranda de; FREIRE, Alexandre (coord.). **O CPC de 2015 visto pelo STJ**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. p. 1189-1203. [1198893] CAM STJ TCD TJD TST **STF 341.46 C669 CPV**

30. CINTRA, Lia Carolina Batista. Aspectos polêmicos do litisconsórcio. *In:* DINAMARCO, Cândido da Silva *et al.* (org.). **Estudos em homenagem a Cândido Rangel Dinamarco**. São Paulo: Malheiros, 2022. p. 709-737. [1219568] STJ

31. CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins. Breves apontamentos sobre a demonstração da divergência nos embargos de divergência = Brief notes on the demonstration of divergence in the "divergence appeals". **Revista de Processo**, São Paulo, v. 49, n. 349, p. 151-177, mar. 2024. [1258091] SEN STJ TJD **STF (DIG)**

32. COSTA, Rosalina Moitta Pinto da. Relevância da questão federal: driblando os riscos de estadualização = Relevance of the federal issue: avoiding the risks of stateization. **Revista de Processo**, São Paulo, n. 354, p. 141-171, 2024. [1267064] SEN STJ TJD **STF (DIG)**

33. COSTA, Susana Henriques da; PEDROZO, Gabriel Pereira. O controle da representatividade adequada de associações civis em processos coletivos = Adequacy of representation's control of civil associations in class actions. **Revista de Processo**, São Paulo, n. 47, p. 213-235, 2022. [1222095] CJF STJ TJD **STF (DIG)**

34. CREMASCO, Suzana Santi. **Arbitragem e precedentes**: os impactos do precedente judicial na arbitragem e a busca da superação da dicotomia entre vinculação e não vinculação. São Paulo: Quartier Latin, 2024. 296 p. Sumário disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/server/api/core/bitstreams/bb0b27ad-75cd-4968-b8a-4-1c4dba10281e/content. Acesso em: 14 mar. 2025. [1268611] STJ

35. CRUZ, Elisa Costa. Aspectos processuais em ações de guarda de crianças e adolescentes = Procedural aspects on child custody lawsuits. **Revista de Processo,** São Paulo, v. 47, n. 331, p. 263-278, set. 2022. [1223442] CJF STJ TJD **STF (DIG)**

36. CRUZ, Luana Pedrosa de Figueiredo; SILVA, Raissa Almeida. Políticas públicas de educação infantil e seu controle pelo judiciário: reflexões acerca da importância do comitê de monitoramento no caso das vagas em creches na cidade de São Paulo sob a ótica do processo estrutural = Public policies on early childhood education and their control by the judiciary: reflections on the importance of the monitoring committee in the case of daycare vacancies in São Paulo city from the perspective of the structural process. **Revista Eletrônica de Direito Processual**: REDP, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 293-321, jan./abr. 2023. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/67523/44611. Acesso em: 13 mar. 2025. [1246098] **STF (DIG)**

37. DAMASCENO, Mara Lívia Moreira; FRANCO, Bianca Maria Simão; ANDRADE, Caio Viana. O uso da inteligência artificial no direito processual brasileiro: limites e possibilidades sob a perspectiva da epistemologia jurídica = Use of artificial intelligence in Brazilian procedural law: limits and possibilities under the perspective of legal epistemology. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 48, n. 339, p. 331-351, maio. 2023. [1237728] CJF SEN STJ TJD **STF (DIG)**

38. DANIEL, Letícia Zuccolo Paschoal da Costa. A ampliação da colegialidade em sede de Embargos de Declaração: um estudo da jurisprudência do TJSP, a partir do acórdão proferido pelo STJ no RESP 1.833.497/TO. *In:* CARVALHO, Fabiano; RIZZI, Sérgio; ALVIM, Teresa Arruda (org.). **Recursos**: homenagem ao professor Rodrigo O. Barioni. Londrina: Thoth, 2023. v. 1, p. 233-244. [1247254] STJ **STF 341.4655 R311 RHP V.1**

39. DI MAURO, Renata Giovanoni; GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Juízo universal da falência e principal estabelecimento: fixação e limites da competência para homologação do plano de recuperação extrajudicial, deferimento da recuperação judicial e decretação da falência = Universal bankruptcy court and main establishment: setting and limits of jurisdiction for ratification of the extrajudicial recovery plan, approval of the judicial reorganization and bankruptcy determination. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 45, n. 303, p. 315-330, maio 2020. [1174317] SEN STJ STM TJD **STF (DIG)**

40. DOTTI, Rogéria. **Tutela da evidência**: probabilidade, defesa frágil e o dever de antecipar a tempo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. 376 p. (Coleção O Novo Processo Civil). Sumário disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/CapasSumarios/novas-aquisicoes/2020/novembro/1174640/sumario.pdf. Acesso em: 14 mar. 2025. [1174640] STJ STM TCD TJD **STF 341.4611 D725 TEP**

41. DUARTE, Márcia Michele Garcia. A sanção pedagógica e os aspectos éticos e morais da consensualidade: em busca da efetividade do modelo multiportas = Pedagogical sanction and the ethical and moral aspects of consensual model: searching for multi-door

system effectiveness. **Revista Eletrônica de Direito Processual**: REDP, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 684-709, set./dez. 2021. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/62268/39107. Acesso em: 13 mar. 2025. [1242911] **(DIG)**

42. FACHIN, Melina Girardi. Amicus curiae: abertura e diálogos. *In:* CLÈVE, Clemerson Merlin; SCHIER, Paulo Ricardo; LORENZETTO, Bruno Menezes. (coord.). **Jurisdição constitucional em perspectiva**: estudos em comemoração aos 20 anos da Lei 9.868/1999. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. p. 113-134. [1197055] CAM SEN STJ TCD TJD

43. FAGUNDES, Cristiane Druve Tavares; ALI, Anwar Mohamad. Fundamentação das decisões judiciais segundo a jurisprudência dos tribunais pátrios = Motivation of judicial decisions according to the jurisprudence of the national courts. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 47, n. 329, p. 47-66, jul. 2022. [1219510] CJF STJ TJD **STF (DIG)**

44. FARIA, Juliana Cordeiro de; THEODORO JÚNIOR, Humberto; ANDRADE, Erico. O fracionamento da demanda no direito brasileiro: análise comparada com o direito italiano = Claim splitting in Brazilian law: a comparative analysis of the Italian legal system. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 344, p. 325-357, out. 2023. [1248313] CJF SEN STJ TJD **STF (DIG)**

45. FARIA, Marcela Kohlbach de. Participação de terceiros na arbitragem: riscos de intervenção obrigatória por terceiros não signatários. *In:* NANNI, Giovanni Ettore; TERRA, Aline de Miranda Valverde; PIRES, Catarina Monteiro (coord.). **Riscos no direito privado e na arbitragem**. São Paulo: Almedina, 2023. [1247856] STJ TJD **(DIG)**

46. FARIAS, Bianca Oliveira de; FERREIRA, Daniel Brantes. A possibilidade de aplicação das medidas estruturais em sede de arbitragem: os limites para a correta composição extrajudicial de conflitos. **Revista Brasileira de Direito Processual**: RBDPro, Belo

Horizonte, v. 31, n. 121, p. 77-102, jan./mar. 2023. [1243021] CJF SEN STJ TJD **STF**

47. FARRANHA, Ana Cláudia; CUNHA, Jarbas Ricardo Almeida. Judicialização da saúde no Brasil: categorização das fases decisionais a partir do Supremo Tribunal Federal e os impactos no Sistema Único de Saúde. **Ciências e Políticas Públicas**, Lisboa, v. 7, n. 1, p. 15-35, 2021. Disponível em: https://cpp.iscsp.ulisboa.pt/index.php/capp/article/view/98. Acesso em: 14 mar. 2025. **(DIG)**

48. FERRAZ, Taís Schilling. Interações no fluxo de formação e aplicação de precedentes: efeitos sistêmicos das escolhas em demandas repetitivas = Interactions along the flow of construction and application of precedents: systemic effects of choices in repetitive cases. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 48, n. 342, p. 339-361, ago. 2023. [1244467] SEN STJ TJD **STF (DIG)**

49. FERREIRA, Kaline. A confidencialidade prevista na Lei de Mediação e os processos de autocomposição envolvendo entes públicos = Confidentiality provided for in the Mediation Law and the self-composition processes involving public entities. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 45, n. 305, p. 451-460, jul. 2020. [1179268] CJF SEN STJ STM TJD **STF (DIG)**

50. FRANÇA, Eduarda Peixoto da Cunha; NÓBREGA, Flavianne Fernanda Bitencourt. A lógica viva na decisão judicial: pragmatismo e processos estruturais no Brasil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 48, n. 339, p. 249-274, maio 2023. [1237724] CJF SEN STJ TJD **STF (DIG)**

51. FRANÇOLIN, Wanessa de Cássia; SHIMURA, Sérgio Seiji. Colegiado do colegiado: discussão sobre o julgamento estendido previsto no art. 942 do CPC = Collegiate of the collegiate: discussion about the extended trial provided for the article 942 of the civil procedure Code. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 46, n. 318, p. 209-239, ago. 2021. [1200999] SEN STJ TJD **STF (DIG)**

52. FREITAS, Helena Patrícia; PAIVA, Danúbia Patrícia de. Processo decisório e inteligência artificial: uma análise a partir do modelo constitucional de processo. **Revista de Processo, Jurisdição e Efetividade da Justiça**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2023. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/revistaprocessojurisdicao/article/view/9548. Acesso em: 13 mar. 2025. **(DIG)**

53. GABBAY, Daniela Monteiro. **Pedido e causa de pedir**. 2. ed. São Paulo: Almedina, 2020. 285 p. Sumário disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/CapasSumarios/novasaquisicoes/2021/junho/1192847/sumario.pdf. Acesso em: 13 mar. 2025. [1192847] TJD **STF 341.4631 G112 PCP 2.ED.**

54. GALVÃO, Jéssica. Ônus da prova e a análise econômica e comportamental do processo. *In:* VITORELLI, Edilson (org.). **Fundamentos de análise econômica do processo civil**. São Paulo: JusPODIVM, 2024. p. 165-173. [1266823] STJ

55. GOES, Gisele Santos Fernandes. Processos estruturais, modulação e o Tema 698 do Supremo Tribunal Federal. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 49, n. 349, p. 323-341, mar. 2024. [1258162] SEN STJ TJD **STF (DIG)**

56. GUEDES, Cíntia Regina. O incidente de resolução de demandas repetitivas: como garantir o contraditório aos terceiros que serão afetados pela tese jurídica? *In:* MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; PORTO, José Roberto Mello (coord.). **Incidente de resolução de demandas repetitivas**: panorama e perspectivas. Salvador: Juspodium, 2020. p. 747-770. [1180668] SEN STJ TJD **STF 341.4637 I37 IRD**

57. GUEDES, Clarissa Diniz. A distribuição dos riscos de erro fático nos processos civil e penal. *In:* OSNA, Gustavo; SARLET, Ingo Wolfgang; MATIDA, Janaina Roland; REICHELT, Luis Alberto; JOBIM, Marco Felix; RAMOS, Vitor de Paula (org.). **Direito probatório**. Londrina: Thoth, 2023. p. 397-423. [1227777] STJ TJD **STF 341.464 D598 DIP**

58. GUIMARÃES, Lívia Gil. As audiências públicas do STF no controle de constitucionalidade brasileiro. *In:* ROCHA, Maria Elizabeth G. Teixeira *et al*. (org.). **Ela pede vista**: estudos em homenagem à Ministra Rosa Weber. Londrina: Thoth, 2023. p. 439-454. [1247247] STJ TST **STF 341.4191 E37 EPV**

59. GUIMARÃES, Natália Chernicharo. **Processo coletivo em rede**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2023. 459 p. Sumário disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/CapasSumarios/novasaquisicoes/2023/novembro/1243307/sumario.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025. [1243307] AGU STJ TJDF **STF 341.46 G963 PCR**

60. HANTHORNE, Bruna de Oliveira Cordeiro. **O fortalecimento do jus postulandi nos juizados especiais por meio de protocolos de assistência informada**. 2023. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2023. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/87911?show=full. Acesso em: 10 abr. 2025.

61. HILL, Flávia Pereira. Mediação nos cartórios extrajudiciais: novos reforços na batalha pela pacificação. *In:* SIMONS PINO, Adrián; MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; RAGONE, Álvaro Pérez; LUCON, Paulo Henrique dos Santos (coord.). **Estudos em homenagem a Ada Pellegrini Grinover e José Carlos Barbosa Moreira**. 2. ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2023. p. 1140-1151. [1246335] CJF STJ **STF 340 E82 EHA**

62. IWAKURA, Cristiane Rodrigues; BORGES, Fernanda Gomes e Souza; GUEIROS, Pedro. Interoperabilidade, governo digital e garantias fundamentais do processo: uma nova concepção de sistemas processuais eletrônicos. *In:* IWAKURA, Cristiane Rodrigues; BORGES, Fernanda Gomes e Souza; BRANDIS, Juliano Oliveira (org.). **Processo e tecnologia**. Londrina: Editora Thoth, 2022. v. 1, p. 379-396. [1221524] CAM

63. KOZICKI, Katya; PUGLIESE, William Soares. Estreitamento de precedentes: origem, cabimento e aplicabilidade no Brasil = Narrowing precedents: origin, suitability and operability in Brazil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 48, n. 335, p. 309-330, jan. 2023. [1229967] CJF SEN STJ TJD **STF (DIG)**

64. KRAMER, Evane Beiguelman. O novo codex processual da Lei 8.429/1992. *In:* POZZO, Augusto Dal; OLIVEIRA, José Roberto Pimenta (org.). **Lei de Improbidade Administrativa Reformada**: Leis 8.429/92 e 14.230/21. São Paulo: Thomson Reuters, 2022. p. 523-528. [1218021] CAM STJ

65. LEITÃO, Cristina Bichels. **Arbitragem coletiva**: direitos individuais homogêneos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2024. 252 p. (Coleção O novo processo civil). Sumário disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/CapasSumarios/novasaquisicoes/2024/setembro/1259336.pdf. Acesso em: 14 mar. 2025. [1259336] STJ TJD **STF 341.4618 L533 ACD**

66. LEITE, Clarisse Frechiani Lara. **Fatos e provas novos no processo civil**: momentos da alegação e da prova, ação rescisória, ação revisional, renovação da ação coletiva. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023. 455 p. (Coleção Liebman). Sumário disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/CapasSumarios/novasaquisicoes/2024/abril/1247336/sumario.pdf. Acesso em: 14 mar. 2025. [1247336] STJ TCD TJD **STF 341.464 L533 FPN**

67. LEITE, Rita de Cássia Curvo; AURELLI, Arlete Inês. Admissibilidade da "prova ilícita" em demandas envolvendo interesses de crianças = Admissibility of "illegal proof" in demands involving children's interests. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 45, n. 303, p. 259-290, maio 2020. [1174293] SEN STJ STM TJD **STF (DIG)**

68. LOBO, Fabíola Albuquerque; SILVA NETTO, Manuel Camelo Ferreira da. Entre a afetividade e a efetividade. A mediação familiar à luz do Código de Processo Civil de 2015: incentivo à consensualidade interdisciplinar na resolução dos conflitos de família = Between

affectivity and effectiveness. The family mediation in the light of the Civil Procedure Code of 2015: encouraging interdisciplinary consensus in resolving familiar conflicts. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 45, n. 306, p. 433-453, ago. 2020. [1181277] CJF SEN STJ STM TJD **STF (DIG)**

69. LOPES, Maria Elizabeth de Castro; LOPES, João Batista. Modelo constitucional de processo, direito de defesa e paridade de armas = Modello costituzionale di procedura, diritto di difesa e parità delle armi. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 47, n. 331, p. 17-25, set. 2022. [1223118] CJF STJ TJD **STF (DIG)**

70. LORENTZ, Lutiana Nacur; MORAES, Daniela Marques de. Qual juiz é o que deve prestar as informações no mandado de segurança (MS)? O mandado de segurança pode ser cumulado com a correição parcial? = Who judge will be the correct person for provides the information in Writ of mandamus? The writ of mandamus can be cumulate with partial correction? **Revista Brasileira de Direito Processual**: RBDPro, Belo Horizonte, v. 32, n. 125, p. 79-93, jan./mar. 2024. [1259281] SEN STJ TJD **STF (DIG)**

71. LUZ, Tatiana Tiberio; SHIMURA, Sérgio Seiji. Os limites aos poderes instrutórios do juiz = Limits to the judge's evidentiary powers. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 45, n. 310, p. 89-111, dez. 2020. [1186812] SEN STJ STM TJD **STF (DIG)**

72. MACHADO, Luciana de Aboim; MOTA, Daniel Ighor Leite. A nova perspectiva sobre a decisão de saneamento e organização do processo: da renegação à essencialidade = New perspective on the sanitation decision and organization of the process: from denial to essentiality. **Revista Brasileira de Direito Processual**: RBDPro, Belo Horizonte, v. 32, n. 125, p. 45-77, jan./mar. 2024. [1259277] STJ TJD **STF (DIG)**

73. MACIEL, Caroline Stéphanie Francis dos Santos. Ampliação dos pressupostos de admissibilidade nos recursos constitucionais.

Revista Brasileira de Direito Processual: RBDPro, Belo Horizonte, v. 30, n. 119, p. 117-150, jul./set. 2022. [1244279] CJF SEN STJ TJD **STF**

74. MAIA, Renata Christiana Vieira; CASTRO, Christiano Alves Monteiro de. Publicismo e privatismo no direito processual civil na lição de José Carlos Barbosa Moreira. **Revista Brasileira de Direito Processual**: RBDPro, Uberaba, v. 30, n. 120, p. 73-92, out./dez. 2022. [1242384] SEN STJ TJD **STF (DIG)**

75. MANSANO, Josyane; MEDEIROS NETO, Elias Marques de. Releitura da tutela de evidência baseada em precedentes. **Revista Brasileira de Direito Processual**: RBDPro, Belo Horizonte, v. 29, n. 116, p. 207-234, out./dez. 2021. [1228287] CJF SEN STJ TJD **STF (DIG)**

76. MARINS, Graciela Iurk; DOTTI, Rogéria Fagundes; MARTINS, Sandro Gilbert. A tutela provisória nas lições de Victor A. A. Bomfim Marins. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 45, n. 307, p. 149-157, set. 2020. [1181862] CJF SEN STJ STM TJD **STF (DIG)**

77. MARQUES, Claudia Lima. Superendividamento de mulheres idosas: a necessidade de cooperação para evitar a ruína e de uma revisão-sanção prévia para combater a exclusão social = Overindebtness of elderly women: the need for cooperation to escape bankruptcy and for a revision of contracts as a sanction and to combat social exclusion. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 49, n. 349, p. 509-537, mar. 2024. [1258339] SEN STJ TJD **STF (DIG)**

78. MATA, Poliana Moreira Delpupo. Distinção entre conflito de jurisdição e conflito de competência na arbitragem = Distinction between conflict of jurisdiction and conflict of jurisdiction in arbitration. **Revista Brasileira de Direito Processual**: RBDPro, Uberaba, v. 31, n. 121, p. 255-268, jan./mar. 2023. [1242725] SEN STJ TJD **STF (DIG)**

79. MATTARAIA, Fabiana de Paula Lima Isaac; DEL DUQUE, Luciano Roberto. É possível negócio processual sobre provas? Em que termos? **Revista Brasileira de Direito Processual**: RBDPro, Uberaba,

v. 32, n. 126, p. 125-146, abr./jun. 2024. [1267501] SEN STJ TJD **STF (DIG)**

80. MAURMO, Júlia Gomes Pereira; GAIO JUNIOR, Antônio Pereira. Prova testemunhal, falso testemunho e a falsificação não intencional de memórias = Testimonial evidence, false testimony and unintentional forgery of memories. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 350, p. 97-120, abr. 2024. [1258983] SEN STJ TJD **STF (DIG)**

81. MELLO, Patrícia Perrone Campos. Os processos estruturais no Supremo Tribunal Federal: repensando o processo constitucional e sua intervenção em políticas públicas = Structural litigation in the Brazilian Supreme Court: rebuilding the constitutional jurisdiction and the judicial intervention in public policies. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 49, n. 349, p. 365-392, mar. 2024. [1258259] SEN STJ TJD **STF (DIG)**

82. MENDES, Carolina Paes de Castro; MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. Direito processual comparado, teoria geral do processo e precedentes. **Revista Eletrônica de Direito Processual**: REDP, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 49-76, maio/ago. 2022. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/67776/42396. Acesso em: 14 mar. 2025. [1244504]

83. MERÇON-VARGAS, Sarah. Improbidade administrativa e desconsideração da personalidade jurídica. *In:* RODRIGUES, Marcelo Abelha; CASTRO, Roberta Dias; SIQUEIRA, Thiago Ferreira; CABRAL, Trícia Navarro Xavier (coord.). **Desconsideração da personalidade jurídica**: aspectos materiais e processuais. Indaiatuba: Foco, 2023. p. 947-960. [1245640] STJ TCD **(DIG)**

84. MORAES, Daniela Marques de. O acesso à justiça no Brasil, a expansão judicial e as garantias fundamentais. *In:* SOUZA JUNIOR, José Geraldo de *et al.* (org.). **O Direito achado na rua**: introdução crítica ao Direito como liberdade. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2021. v. 10, p.453-458. Disponível em: https://livros.

unb.br/index.php/portal/catalog/view/116/303/1008. Acesso em: 13 mar. 2025. **(DIG)**

85. MOTTA, Cristina Reindolff da; SILVA, Jaqueline Mielke. A tutela de urgência no âmbito da execução civil como instrumento de realização de direitos fundamentais. *In:* ASSIS, Araken de, BRUSCHI, Gilberto Gomes (org.). **Processo de execução e cumprimento da sentença**: temas atuais e controvertidos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. p. 203-222; *In:* BIANCHI, José Flávio; PINHEIRO, Rodrigo Gomes de Mendonça; ALVIM, Teresa Arruda (coord.). **Jurisdição e direito privado**: estudos em homenagem aos 20 anos da ministra Nancy Andrighi no STJ. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. p. 161-186. [1182768] STJ TJD **STF 341.465 P963 PEC (DIG)**

86. MUA, Cíntia Teresinha Burhalde. Conflitos estruturais: conversão da ação individual em coletiva e ação entre entes subnacionais. *In:* VITORELLI, Edilson; OSNA Gustavo; ZANETI JUNIOR, Hermes; REICHELT, Luís Alberto; JOBIM, Marco Félix; ARENHART, Sérgio Cruz (org.). **Coletivização e Unidade do Direito**: vol. II. Londrina/PR: Editora Thoth, 2020. v. 2, p. 137-150. [1185168] STJ

87. NERY, Ana Luiza; NERY JUNIOR, Nelson. Legitimidade e Coisa Julgada na arbitragem coletiva: um olhar voltado ao mercado de capitais. *In:* MONTEIRO, André Luís; SETOGUTI, Guilherme; BENEDUZI, Renato (coord.). **Arbitragem coletiva societária**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. v. 1, p. 25-55. [1192570] CAM STJ TJD **STF 342.269 A664 ACS**

88. NOGUEIRA, Cláudia Albagli. Da ampliação da participação democrática no processo: estratégias para atuação em audiências públicas. **Civil Procedure Review**, Salvador, v. 13, n. 3, p. 57-73, set./dez. 2022. Disponível em: https://www.civilprocedurereview.com/revista/article/view/319. Acesso em: 14 mar. 2025. **(DIG)**

89. NOLASCO, Rita Dias; NERY, Ana Luiza de Andrade. A consensualidade na arbitragem e o princípio competência-competência. *In:* BIANCHI, José Flávio; PINHEIRO, Rodrigo Gomes de Mendonça;

ALVIM, Teresa Arruda (coord.). **Jurisdição e direito privado**: estudos em homenagem aos 20 anos da Ministra Nancy Andrighi no STJ. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. p. 23-33. [1219889] TJD STJ **(DIG)**

90. NOVAIS, Maria Elisa Cesar. O uso da tecnologia para o gerenciamento e solução de litígios de massa por meios autocompositivos = Use of technology to manage and solve mass litigation by self-compositive means. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 145, p. 385-409, 2023. [1238121] CJF SEN STJ TJD **STF**

91. PADILHA, Elisângela; BERTONCINI, Carla. O dever de cooperação no Código de Processo Civil: breve estudo a partir da ética da alteridade de Emmanuel Lévinas. **Revista Brasileira de Direito Processual**: RBDPro, Belo Horizonte, v. 30, n. 120, p. 149-165, out./dez. 2022. [1242403] CJF SEN STJ TJD **STF (DIG)**

92. PADILHA, Letícia Marques. A ausência de fundamentação das decisões judiciais: um fator de atraso na prestação jurisdicional = The lack of grounds for judicial decisions: a delay factor in jurisdictional provision. **Insurgência**: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 6, n. 1, p. 48–70, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.26512/insurgencia.v6i1.28625. Acesso em: 8 abr. 2025. **(DIG)**

93. PAIXÃO, Shayane do Socorro de Almeida da. **Precedentes vinculantes no Código de Processo Civil**: críticas ao critério formal como único definidor da vinculatividade. Londrina: Thoth, 2023. 175 p. Sumário disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/server/api/core/bitstreams/46caa6f2-88e9-4b40-bcc0-4bca8a9e0ba1/content. Acesso em: 14 mar. 2025. [1232175] STJ

94. PANTOJA, Fernanda Medina. Execução de títulos executivos extrajudiciais com cláusula compromissória: os limites da cognição de árbitros e juízes em relação à defesa do executado = Enforcement of extrajudicial enforceable titles with arbitration clause: the boundaries of the cognition of arbitrators and judges concerning the debtor's defense. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 49, n. 349, p. 457-481, mar. 2024. [1258262] SEN STJ TJD **STF (DIG)**

95. PAOLINELLI, Camilla Mattos; NUNES, Dierle. Novos designs tecnológicos no sistema de resolução de conflitos: ODR, e-acesso à justiça e seus paradoxos no Brasil = New technological designs in the conflict resolution system: ODR, e-access to justice and paradoxes in Brazil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 46, n. 314, p. 395-425, abr. 2021. [1193345] CJF SEN STJ TJD **STF (DIG)**

96. PASCHOAL, Thaís Amoroso. **Coletivização da prova**: técnicas de produção coletiva da prova e seus reflexos na esfera individual. São Paulo: Revista dos Tribunais, [2021]. 399 p. Biblioteca Digital Proview. Sumário disponível: https://bdjur.stj.jus.br/server/api/core/bitstreams/873637c1-f518-422a-b18b-767faf71eb89/content. Acesso em: 15 mar. 2025. [1183549] CLD STJ TCD TJD **STF**

97. PASSOS, Amanda Ferreira dos; SILVA, Sandoval Alves da. A desestatização da execução e o gradual retorno à autotutela: uma análise do Tema 249 do STF. **Revista dos tribunais**, São Paulo, v. 110, n. 1034, p. 439-458, dez. 2021. [1210262] SEN STM STJ TJDF **STF**

98. PEIXOTO, Renata Cortez Vieira; PEIXOTO, Marco Aurélio Ventura. **Fazenda pública e execução**. 2. ed. rev. atual. e ampl. Salvador: JusPODIVM, 2020. 351 p. Sumário disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/CapasSumarios/novasaquisicoes/2020/novembro/1178286/sumario.pdf. Acesso em: 14 mar. 2025. [1178286] CLD TJD **STF 341.465 P379 FPE 2.ED.**

99. PEREIRA, Paula Pessoa. Quórum de maioria qualificada para a revogação de precedente nas Supremas Cortes: uma defesa = Qualified majority rule in the overruling Supreme Courts precedent: a defense. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 49, n. 349, p. 343-361, mar. 2024. [1258163] SEN STJ TJD **STF (DIG)**

100. PERIM, Paula Abi-Chahine Yunes; STURARI, Matheus Noronha. Aspectos processuais da Lei Geral de Proteção de Dados: impressões iniciais = Procedural aspects of the Brazilian General Gata Protection Law: initial impressions. **Revista de Processo**, São

Paulo, v. 46, n. 319, p. 403-424, set. 2021. [1202944] CJF SEN STJ TJD **STF (DIG)**

101. PETER DA SILVA, Christine Oliveira; FACHIN, Luiz Edson. Controle de constitucionalidade e a transubjetivação dos direitos fundamentais. *In:* TOFFOLI, José Antonio Dias; CARVALHO FILHO José dos Santos; BALDINI, Alessandra; AKERMAN, William (org.). **Controle concentrado de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal**. Brasília: Editora Sobredireito, 2024. p. 157-179. [1230622] **STF 341.202 C764 CCS 2.ED**.

102. PIMENTEL, Wendy Lima; NORTE, Naira Neila Batista de Oliveira. Evolução dos métodos de penhora de bens no direito processual civil. **Equidade**: revista eletrônica de direito da UEA, Manaus, v. 7, p. 93-108, jun. 2023. Disponível em: https://periodicos.uea.edu.br/index.php/equidade/article/view/2848/1517. Acesso em: 14 mar. 2025. **(DIG)**

103. PIOVESAN, Flávia; HERNANDES, Luiz Eduardo Camargo Outeiro. Metodologia de implementação das decisões estruturais e seu impacto transformador = Methodology for implementing structural decisions and its transformative impact. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 49, n. 353, p. 293-322, jul. 2024. [1265187] SEN STJ TJD **STF (DIG)**

104. PIZZOL, Patricia Miranda. Uma visão panorâmica das ações coletivas no ordenamento jurídico brasileiro = Panoramic view of class actions in Brazil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 49, n. 349, p. 181-218, mar. 2024. [1258092] SEN STJ TJD **STF (DIG)**

105. PRADO, Viviane Muller; MANSUR, Fernanda Farina; SILVA, Victor Hugo Cunha. A inefetividade dos mecanismos coletivos de proteção dos investidores no mercado de valores mobiliários brasileiro = Ineffectiveness of collective investor protection mechanisms in the Brazilian securities market. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 45, n. 306, p. 267-293, ago. 2020. [1181109] SEN STJ STM TJD **STF (DIG)**

106. PRESGRAVE, Ana Beatriz Ferreira Rebello; BARROSO, Isabela Araújo. Os limites da jurisdição brasileira referente à partilha de bem imóvel situado no exterior e a cooperação jurídica internacional. **Revista Eletrônica de Direito Processual**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 15-33, 2023. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/redp/article/view/73905. Acesso em: 14 mar. 2025.

107. REICHELT, Luis Alberto; MARTTA, Camila Victorazzi; BALTAZAR, Alan Jece. Direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva e produção de provas no direito processual civil. **Revista Brasileira de Direito Processual**: RBDPro, Belo Horizonte, v. 30, n. 119, p. 301-313, jul./set. 2022. [1244182] CJF SEN STJ TJD **STF (DIG)**

108. REZENDE, Ester Camila Gomes Norato; SOUSA, Alexandre Rodrigues de. A estabilização da tutela antecipada na obra de Humberto Theodoro Júnior = Stabilization of preliminary injunction in the work of Humberto Theodoro Júnior. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 48, n. 343, p. 199-223, set. 2023. [1246928] CJF SEN STJ TJD **STF (DIG)**

109. RIBAS, Lídia Maria; NASSAR, Marcos. A velha questão do alcance espacial dos efeitos da sentença coletiva e sua iminente solução com repercussão geral pelo STF = The old question on spatial effects of class action judgment and its imminent solution with general repercussion by the Supreme Court of Brazil. **Revista Brasileira de Direito Processual**: RBDPro, Belo Horizonte, v. 29, n. 113, p. 241-261, jan./mar. 2021. [1198202] CJF STJ TJD **STF (DIG)**

110. RIBEIRO, Flávia Pereira. **Desjudicialização da execução civil**. Curitiba: Juruá, 2022. 3. ed. Curitiba: Editora Juruá, 2022. 385 p. Sumário disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/CapasSumarios/novasaquisicoes/2022/maio/1212109/sumario.pdf. Acesso em: 13 mar. 2025. [1212109] SEN STJ **STF 341.465 R482 DEC 3.ED.**

111. RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; BARROS, Guilherme Freire de Melo; PEZZIN, Eduarda Regina Bigolin. Análise econômica e

comportamental da realização de acordos no processo civil: o tripé informação, momento e custo = Economic analysis of settlement in civil litigation: triad of information, timing and cost. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 49, n. 350, p. 449-467, abr. 2024. [1259177] SEN STJ TJD **STF (DIG)**

112. RICHTER, Bianca Mendes Pereira. Dos incidentes de resolução de demandas repetitivas no caso do Rio Doce: uma análise a partir da atuação do litigante habitual nesta forma de resolução de questões repetitivas = Group litigation in repetitive lawsuits in the Rio Doce case in Brazil: an analysis from the repeat player´s strategy. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 45, n. 301, p. 327-355, mar. 2020. [1169018] CJF SEN STJ STM TJD **STF (DIG)**

113. RODRIGUES, Luiza Silva; OLIVEIRA, Pedro Miranda de. As duas fases da análise dos recursos excepcionais pelo presidente ou vice-presidente no tribunal local: juízo de seguimento e juízo de admissibilidade. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 46, n. 319, p. 229-249, set. 2021. [1202744] CJF SEN STJ TJD **STF (DIG)**

114. RODRIGUES, Mônica Cecílio. A responsabilidade civil do exequente de acordo com o artigo 776 do CPC. *In:* ASSIS, Araken de; BRUSCHI, Gilberto Gomes (org.). **Processo de execução e cumprimento da sentença**: temas atuais e controvertidos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. v. 3, p. 273-286. [1171070] STJ

115. SAMPAIO, Amanda Inês Morais; PESSOA, Flávia Moreira Guimarães. Reflexões sobre tecnologias da informação (TIC) aplicadas à conciliação e mediação de conflitos. *In:* FUX, Luiz; ÁVILA, Henrique Manuel; CABRAL, Trícia Navarro Xavier (org.). **Tecnologia e justiça multiportas**. Indaiatuba, SP: Foco, 2021. p. 335-347. [1231359] STJ TJD TST **STF 340.0285 T255 TJM**

116. SAMPAIO, Marília de Ávila e Silva; ALMEIDA, Tatiana de Ávila S. Sampaio de. As medidas coercitivas atípicas no CPC/15: perspectivas e limites na sua aplicação = Atypical coercive measures

in CPC/15: perspectives and limits on their application. **Revista Brasileira de Direito Processual**: RBDPro, Uberaba, v. 28, n. 110, p. 235-264, abr./jun. 2020. [1177304] STJ TJD **STF (DIG)**

117. SANTANA, Ágatha Gonçalves; TEIXEIRA, Carla Noura; COSTA, Neila Moreira. A taxatividade dos títulos executivos extrajudiciais e a hipótese do contrato assinado eletronicamente no Brasil = Taxativity of extrajudicial executive titles and the hypothesis of the contract signed electronically in Brazil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 48, n. 341, p. 107-129, jul. 2023. [1242262] CJF SEN STJ TJD **STF (DIG)**

118. SANTOS, Maira Bianca Scavuzzi de Albuquerque; ABBOUD, Georges; FERNANDES, Ricardo Yamin. Como "escolher" o que vincula? = How to choose which decisions are binding? **Revista de Processo**, São Paulo, v. 46, n. 318, p. 341-357, ago. 2021. [1201083] CJF SEN STJ TJD **STF (DIG)**

119. SILVA, Clarice Santos da; COSTA, Rosalina Moitta Pinto da. A influência do direito privado para a consolidação das cláusulas gerais processuais no processo civil brasileiro. **Revista de Processo, Jurisdição e Efetividade da Justiça**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 87-104, jan./jun. 2020. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/revistaprocessojurisdicao/article/view/6638. Acesso em: 14 mar. 2025.

120. SILVA, Flora Gaspar da; MOSCHEN, Valesca Raizer Borges; DONDONE, Isabela Tonon da Costa. A cooperação jurídica em matéria de insolvência transnacional sob perspectiva das legislações dos países membros do mercosul e a necessidade de adoção de um sistema regional harmônico = Legal cooperation in matters of transnational insolvency from the perspective of the mercosur member countries legislations and the need to adopt a harmonious regional system. **Revista Brasileira de Direito Internacional,** Curitiba, v. 10, n. 1, p. 79-97, jan./jul. 2024. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/direitointernacional/article/view/10616/pdf. Acesso em: 15 mar. 2025. **STF (DIG)**

121. SILVA, Larissa Clare Pochmann da. Ações coletivas transnacionais: a experiência canadense e o aprimoramento do acesso à justiça. **Revista Jurídica Luso-brasileira**, Lisboa, v. 9, n. 5, p. 1381-1396, 2023. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2023/5/2023_05_1381_1396.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025. **(DIG)**

122. SOUSA, Rosalina Freitas Martins de. **Por uma função jurisdicional adequada**: proposta de releitura do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional. Curitiba: Appris, 2021. 234 p. Sumário disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/server/api/core/bitstreams/29acb012-2673-419c-b583-5bfc9e8fcf94/content. Acesso em: 14 mar. 2025. [1206231] STJ

123. SOUZA, Gabrielly de. Litigância predatória, tutela coletiva e o porvir do acesso à justiça. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 49, n. 353, p. 217-237, jul. 2024. [1265055] SEN STJ TJD **STF (DIG)**

124. SOUZA, Marcia Cristina Xavier de. Mediação nas tutelas possessórias. *In:* CURY, Cesar Felipe; MELO, Daniela Muniz Bezerra de (coord.). **Manual de justiça multiportas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024. p. 541-545. [1257616] STJ

125. SPENGLER, Fabiana Marion; PRIEBE, Victor Saldanha. Desvendando os impactos: a avaliação das políticas públicas judiciárias de tratamento adequado dos conflitos e seu papel transformador nas ações civis = Understanding the impacts: the evaluation of the judiciary public policy for the adequate treatment of conflicts and its transforming role in civil actions. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 49, n. 352, p. 275-298, jun. 2024. [1263910] SEN STJ TJD **STF (DIG)**

126. SQUADRI, Ana Carolina. Processo estrutural e o acesso à tecnologia e a medicamentos como um direito fundamental ao desenvolvimento. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**: RDCI, São Paulo, v. 30, n. 132, p. 91-111, jul./ago. 2022. [1233536] CJF STJ TJD **STF (DIG)**

127. SURIANI, Fernanda Mattar Furtado. **Processo, tecnologia e acesso à justiça**: construindo o sistema de justiça digital. São Paulo: Juspodivm, 2022. 416 p. Sumário disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/CapasSumarios/novasaquisicoes/2023/mar%C3%A7o/1222454/sumario.pdf. Acesso em: 13 mar. 2025. [1222454] STJ STM TJD TST **STF 340.0285 S961 PTA**

128. TARTUCE, Fernanda. Divórcio liminar como tutela provisória de evidência: avanços e resistências = Provisional divorce as a provisional evidentiary injunction: advances and resistance. **Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, v. 16, n. 95, p. 37-50, mar./abr. 2020. [1178683] SEN STJ TJD TST **STF**

129. TEIXEIRA, Carla Noura; SANTANA, Ágatha Gonçalves; TEIXEIRA, Mariano Junior Siqueira. O uso do QR Code no peticionamento eletrônico e o ordenamento jurídico processual civil brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Processual**: RBDPro, Belo Horizonte, v. 29, n. 116, p. 165-186, out./dez. 2021. [1228141] CJF SEN STJ TJD **STF**

130. TEMER, Sofia Orberg. **Participação no processo civil**: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação. 1. ed. 2. tir. Salvador: JusPODIVM, 2020. 463 p. Sumário disponível em: https://www.senado.gov.br/senado/biblioteca-rotinas/servicos/getDocumento.asp?num=1212587. Acesso em: 14 mar. 2020. [1212587] SEN

131. TUPINAMBÁ, Carolina; NORONHA, João Otávio de. A responsabilidade trabalhista de sócios, administradores, controladores e acionistas com poder de influência nas empresas falidas ou em recuperação judicial: aspectos de direito processual e material = The labor responsibility of partners, administrators, controllers and shareholders with power to influence in bankrupt companies or under judicial reorganization: procedural and material law aspects. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 49, n. 348, p. 295-321, fev. 2024; **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Porto Alegre, v. 89, n. 4, p. 266-289, out./dez. 2023. Disponível em: https://juslaboris.

tst.jus.br/handle/20.500.12178/229903. Acesso em: 14 mar. 2025. [1255175] CAM SEN STJ TJD TST **STF (DIG)**

132. UZEDA, Carolina. Prova da autenticidade de obras de arte = Proof of the authenticity of works of art. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 49, n. 349, p. 101-127, mar. 2024. [1258089] SEN STJ TJD **STF (DIG)**

133. VASCONCELOS, Mônica Carvalho; ARAGÃO, Nilsiton Rodrigues e Andrade. A insuficiência dos atuais indicadores e metas do CNJ para o acompanhamento da autocomposição judicial: caminhos para aprimorar a medição da eficiência da mediação e da conciliação sob o viés qualitativo = Insufficiency of the current CNJ indicators and goals for monitoring the judicial self-composition: ways to improve the measurement of mediation efficiency under qualitative bias. **Revista Brasileira de Direito Processual**: RBDPro, Uberaba, v. 31, n. 121, p. 231-254, jan./mar. 2023. [1242773] SEN STJ TJD **STF (DIG)**

134. VASCONCELOS, Rita de Cassia Correa de; SILVA, Suelen Isabel da. Eficiência e consequencialismo: o caminho de desenvolvimento da solução pacífica de conflitos no âmbito da administração pública = Efficiency and consequentialism: the path to the development of peaceful conflict resolution in the scope of public administration. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 45, n. 309, p. 387-404, nov. 2020. [1185668] SEN STJ STM TJD **STF (DIG)**

135. VIANA, Thaís Costa Teixeira. **Tomada de decisão estratégica e modelos agregativos de sujeitos no processo coletivo estrutural**. 2022. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/44833. Acesso em: 14 mar. 2025. **(DIG)**

136. VIEIRA, Amanda de Lima; PEÇANHA, João Guilherme Itaboraí. A relação intersistêmica entre o processo judicial e os meios autocompositivos. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, Lisboa, v. 7,

n. 1, p. 57-75, 2021. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2021/1/2021_01_0057_0075.pdf. Acesso em: 14 mar. 2025. **DIG**

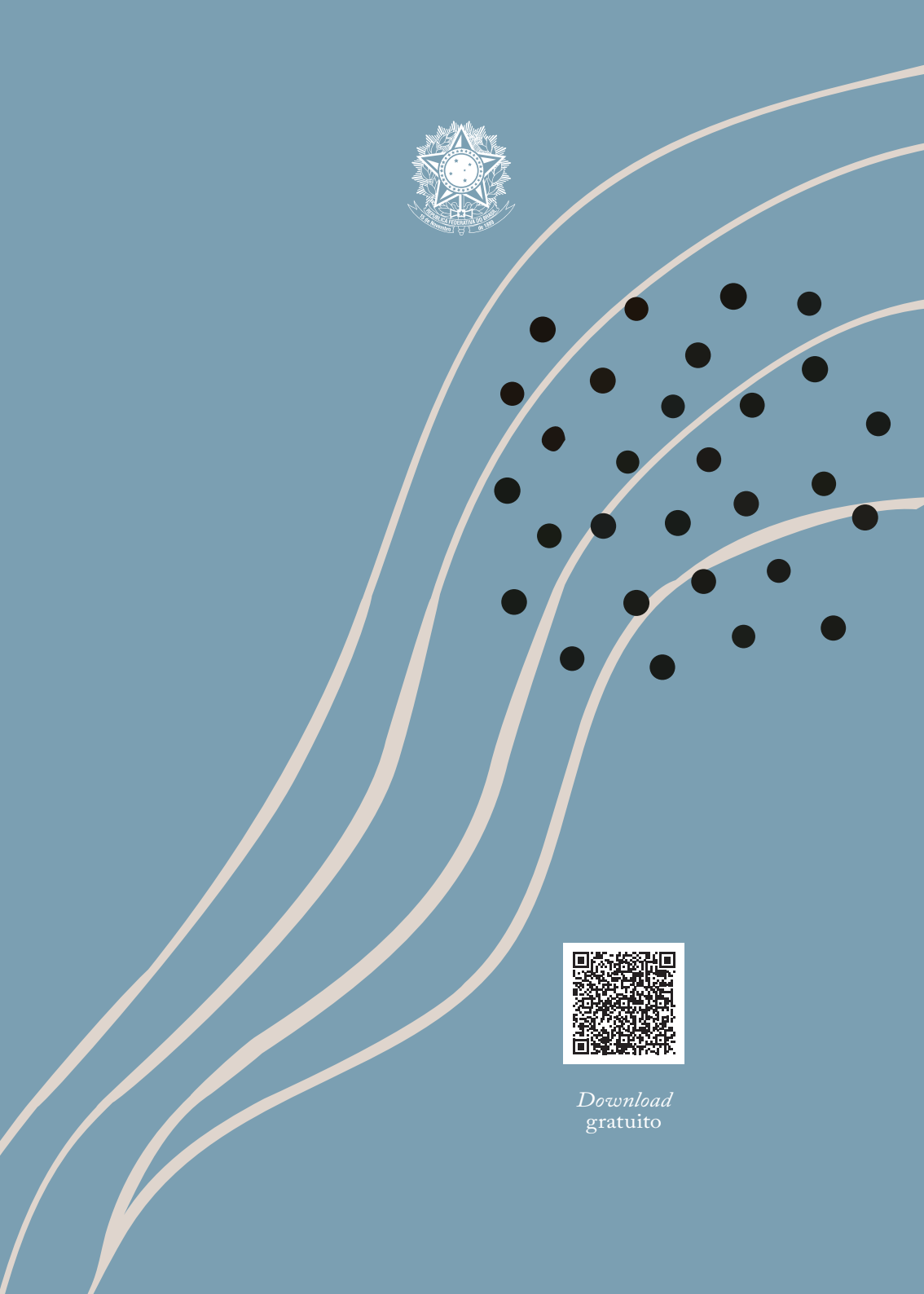
137. WELSCH, Gisele Mazzoni. **Precedentes judiciais e Unidade do Direito**: análise comparada Brasil-Alemanha. Londrina: Thoth, 2021. Sumário disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/CapasSumarios/novasaquisicoes/2021/setembro/1194286/sumario.pdf. Acesso em: 13 mar. 2025. [1194286] CAM STJ **STF 341.4651 W458 PJU**

138. ZANETI, Graziela Argenta; LEITE, Carlos Henrique Bezerra. O papel do juiz na homologação do acordo coletivo: uma análise dos projetos de alteração da Lei de ação civil pública através do modelo cooperativo = The role of the judge in approving collective agreements: an analysis of the proposed amendments to the Public Civil Action Law in Brazil through the cooperative model. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 49, n. 358, p. 215–234, dez. 2024. [in00001418802] **STF (DIG)**

139. ZANFERDINI, Flávia de Almeida Montingelli; SUAID, Ricardo Adelino. Acesso à justiça pelo sistema multiportas e convenções processuais no Código de Processo Civil de 2015 = Access to justice by the multidoor system and procedural conventions in the Civil Process Code of 2015. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 45, n. 304, p. 365-378, jun. 2020. [1174213] CJF SEN STJ STM TJD **STF (DIG)**

Esta obra foi finalizada, em maio de 2025, pela Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação do Supremo Tribunal Federal.

Foi projetada e composta na fonte Proxima Nova.



Download
gratuito